

Mais 2.954 vagas no Judiciário do DF

DF = Justiça

CEDOC/TONY WINSTON/12.05.2004

Estrutura terá mais circunscrições e varas. Proposta vai à votação na Câmara

A Justiça do Distrito Federal ganhará, em breve, três novas circunscrições judiciárias, quatro varas com novas competências e o acréscimo de 2.954 vagas em seu quadro de funcionários. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou por unanimidade, ontem, a nova estruturação do Judiciário local, prevista no Projeto de Lei 3.248/04.

A proposta volta, agora, à Câmara dos Deputados, para ser votada em plenário pelos deputados federais, já que foi aprovada pelas comissões.

O projeto prevê a criação das circunscrições judiciárias do Núcleo Bandeirante, que abrange o Guará e Candangolândia; do Riacho Fundo, que inclui o Recanto das Emas; e a de São Sebastião. Além de aumentar em 2.954 o número de funcionários da Justiça local, nos próximos cinco anos.

Serão contratados por meio de concurso público mais cinco desembargadores, 77 juízes, 62 juízes substitutos, 1.050 analistas judiciários e 1.760 técnicos judiciários.

Uma das principais medidas previstas no projeto de lei

é a que cria a Vara do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário, que vai contribuir na regularização dos condomínios horizontais, onde vivem mais de 500 mil pessoas.

EQUILÍBRIO - Está prevista ainda a criação das Varas de Execução Fiscal, a de Execução das Penas e Medidas Alternativas e o Juizado de Fazenda Pública. Esta última é novidade no setor, porque vai cuidar das pequenas causas entre contribuintes e o Governo do Distrito Federal.

A distribuição de processos também será melhorada, equilibrando a demanda das diversas regiões do DF. Entre 1996 e 2002, por exemplo, o crescimento médio do número de processos, em Brasília, foi de 116%, enquanto em Sobradinho o número saltou para 161%. Este tipo de distorção será corrigido.

Para o presidente do TJ, desembargador José Jeronimo Bezerra de Souza, a implementação das medidas já está atrasada, uma vez que falta pessoal em diversas áreas do Judiciário local.



Presidente do TJ, José Jeronimo diz que medidas estão atrasadas